



A Crise no Ensino brasileiro e as possibilidades para transformação desta realidade

Alcindo Antônio Ferla

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9408-1504>

Frederico Viana Machado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8884-1124>

Denise Bueno

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6037-8764>

Renata Riffel Bitencourt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5172-1049>

Nas últimas duas décadas e até 2016 observamos o crescimento dos investimentos em ensino superior e em ciência e tecnologia no Brasil. Diversos programas marcaram este processo: Programa Ciência Sem Fronteiras, o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o fortalecimento do Fundo de Financiamento da Educação (FIES) e a criação do Programa Universidade Para Todos (ProUni), dentre outros. Como efeito desse processo, houve a criação e o amadurecimento de programas de pós-graduação em todo o Brasil, o aumento no número de doutores e, conseqüentemente, o crescimento no número de publicações científicas nas diversas áreas do conhecimento, muitas das quais se tornaram referências internacionais. É nesse contexto que surge a Revista Saúde em Redes, garantindo a publicação e propagação da produção científica qualificada produzida principalmente no país, centrando seu foco especificamente no tema do ensino da saúde e suas interfaces com o campo da saúde coletiva.

Os cortes de orçamento para a educação não são pautas recentes, mas agravaram-se com a promulgação da Emenda Constitucional 95 (EC-95), o chamado teto de gastos, quando se aprofundou o desinvestimento estatal na educação e nas políticas sociais com a naturalização da austeridade fiscal como solução para o desenvolvimento. Parcela significativa dos recursos da saúde e da educação tem sido contingenciados e/ou transferidos para outras áreas, das Forças Armadas ao chamado “orçamento secreto”. É importante termos em vista que esse desinvestimento não é apenas financeiro, mas também simbólico.

O atual governo tem atuado fortemente para o desmonte de diversas áreas de políticas públicas e na educação e na saúde não é diferente. São notáveis os discursos que buscam desqualificar o espaço e a produção acadêmica e, até mesmo, o conhecimento científico. Idem para o desenvolvimento tecnológico da saúde, inclusive o desenvolvimento de vacinas e a pesquisa aplicada. O desfinanciamento se associa a negacionismos e ataques à inimigos imaginários e falaciosos como “ideologia de gênero”, “escola sem partido”, “método Paulo Freire”, “home schooling”, “educação militar” etc. ^{2; 3; 4; 5} Apenas esse ano, os novos cortes e o contingenciamento de gastos enfraqueceram o funcionamento das universidades federais, beirando à inviabilidade no funcionamento, e precarizando

ainda mais o ensino superior. Este é um projeto que compromete nossa soberania e nossa capacidade de formação de pessoal preparado para lidar com as questões complexas que o futuro nos demandará. Configura-se como uma profunda crise educacional que prejudica desde a formação de pessoal até a produção de conhecimento, com consequências de curto e médio prazo bastante dramáticas, mas que no longo prazo serão catastróficas para qualquer projeto de desenvolvimento. Como se não bastasse o sucateamento das universidades públicas, vemos as universidades privadas, sobretudo com o perfil comunitário, e com histórico de excelência em pós-graduação, encerrando programas, convênios e demitindo professores em larga escala. A asfixia financeira imposta à educação pelo governo federal tem produzido uma “guinada mercadológica”, impulsionando essas instituições com tradição na produção de pensamento crítico e produção de tecnologias no campo das políticas sociais e fortalecimento da vida à arranjos produtivos com o mercado econômico, desenvolvendo tecnologias para apoio ao ciclo vigente. O futuro está ameaçado!

Não seria demais recordarmos que Elizabeth Guedes, irmã do atual ministro da economia, é vice-presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), que representa os interesses de monopólios educacionais, como Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras. A Associação defende pautas como a transferência da gestão das universidades do Ministério da Educação para o de Ciência e Tecnologia ou a aprovação do Ensino à Distância (EaD) para cursos de saúde. E, ao que as ações governamentais indicam, essas agendas têm sido acolhidas integralmente nos ministérios da educação e da ciência e tecnologia. Aliás, o silêncio e a invisibilidade do MC&T no cenário atual tem dimensões intergalácticas (desculpem-nos a ironia óbvia).

São muitos os exemplos de desinvestimento na educação, e recentemente fomos surpreendidos com o fechamento massivo de programas de pós-graduação da Universidade do Vale dos Sinos, considerada uma das melhores universidades privadas do Brasil. No mês de julho de 2022, descobrimos pela imprensa que a Unisinos fecharia 12 dos 26 programas de pós-graduação. Esta iniciativa, conforme denúncias que circularam pelas redes, foi tomada de forma autoritária pela reitoria, sem qualquer discussão ou negociação com os professores que dedicaram suas carreiras à instituição. Mais do que isso, representa uma reestruturação produtiva no interior das instituições, privilegiando respostas imediatas às demandas do mercado financeiro, reduzindo enormemente a produção de conhecimentos para a autonomia de pensamento e de produção de futuro. A dependência da educação e do desenvolvimento tecnológico nacional às demandas de mercado é muito preocupante para a preservação da soberania e, também, para a proteção da vida e da diversidade brasileiras.

Sabemos que este não é um caso isolado. Outras universidades privadas com tradição em formação de pós-graduação e produção científica relevante também estão encerrando programas e reduzindo pessoal. Isto representa um retrocesso para o desenvolvimento econômico, mas sobretudo, para o nosso desenvolvimento como civilização. Por um lado, este desinvestimento é um reflexo de instituições que, ao menos em teoria, são filantrópicas, colocando o lucro acima do compromisso social. Sabemos que não se trata apenas de lucratividade financeira, mas de um projeto institucional de feições mais complexas. Mesmo que os programas descontinuados não sejam lucrativos, do ponto de vista financeiro, trata-se de programas que chegam há três décadas de tradição, que receberam recursos públicos volumosos durante um longo período de tempo, tanto para bolsas como para financiamentos de pesquisas. Isto significa uma grande perda, pois os programas constituem um patrimônio coletivo e que não poderia ser encerrado verticalmente sem diálogo e negociação. Além disso, iniciativas como a parceria da Unisinos com a Taurus Armas nos levam a questionar quais seriam as diretrizes éticas e as prioridades que atualmente guiam a instituição. A Associação Rede Unida

manifestou-se formalmente sobre a interrupção dos programas de pós-graduação da universidade gaúcha.

Não podemos perder de vista que este cenário se dá concomitantemente com a desregulamentação da entrada do setor educacional privado internacional, o que configura um risco adicional para a soberania nacional. Aqui nos cabe questionar que, para além das crises financeiras, que vão e vêm desde séculos, quais são as fraturas éticas que têm direcionado as políticas públicas de educação, de um modo geral, e as instituições de educação superior, em particular. O Conselho Nacional de Saúde trava uma batalha muito relevante sobre o caráter da relevância pública e social dos cursos da área da saúde, com baixo impacto no fluxo regulatório do atual Ministério da Educação, mas com grande reconhecimento do Ministério Público Federal e do Judiciário. Há um horizonte construtivo nessa perspectiva de expandir o acesso a cursos técnicos e de graduação que tenham qualidade suficiente para formar bons profissionais e manter a orientação da formação para as necessidades dos territórios, afinal, como apontam as teorias educacionais mais contemporâneas, o desenvolvimento de capacidades profissionais locais e globais somente se materializa em interação forte do ensino com os territórios adjacentes, acentuando a capacidade de aprender a aprender com os contextos de complexidade.

Não à toa vivemos tempos de repensar e revolucionar o cenário educacional, apostando e priorizando o aumento do investimento em escolas, professores e alunos de modo a transformar a educação na base, de fato, em nossa sociedade. Entretanto, é importante ressaltar, não se trata apenas de reforçar os recursos financeiros, mas sobretudo de reflexão ética e investimento em pensamento crítico. Como já demonstrado empiricamente, alunos que foram educados em pensamento crítico são menos vulneráveis à pseudociência e à colonização técnica e cultural. Como argumenta Bruno Gualano, a *“pseudociência se enfrenta com a educação do indivíduo para a racionalização, o cotejo de diferentes fontes de (des)informação e, sobretudo, a aplicação da ciência na reflexão sobre os temas cotidianos — dos vis chupa-cabras às complexas mudanças climáticas”*, pois *“lastimavelmente, o pensamento crítico não vem de berço nem dá em árvore”*. Será por esse motivo que vemos o desmonte atual dos sistemas de educação e ciência e tecnologia no Brasil? A produção de carência intelectual no país interessa a quem? A imbecilização da cultura e do pensamento parece ser um modelo que pretende atravessar a pirâmide social e as instâncias governamentais, como demonstram manifestações públicas cotidianas de autoridades.

Na Revista Saúde em Redes, seguimos buscando qualificar nosso trabalho editorial no caminho da excelência acadêmica, mas sempre atentos à discussão ética e ao pensamento crítico. Quando optamos por reservar espaço para novos autores e fomentar pontes entre ensino e serviço, pesquisa e intervenção, articulando a produção de conhecimento à construção de novas e melhores práticas de cuidado, estávamos conscientes da importância de educar para o pensamento crítico. Não se aprimora o ensino da saúde sem pensamento crítico, sem sermos capazes de evidenciar a ética que sustenta cada uma das técnicas geradas pelo conhecimento. Mais do que isso, dar visibilidade ao contexto local, como nos alertaram as produções comemorativas aos 100 anos do Relatório Flexner, permite reconectar a ciência e o pensamento à complexidade, buscando novos patamares para a inteligência coletiva.

Neste segundo número do volume oito, aportamos 29 trabalhos, sendo um artigo de revisão, um artigo especial, 19 artigos originais provenientes do nosso fluxo contínuo, e mais oito artigos que fazem parte do Dossiê Internacional “Pesquisar envolvendo pessoas com deficiência e a perspectiva inclusiva”. Estes trabalhos representam seis unidades federativas do Brasil, incluindo o povo Kubeo, da floresta amazônica entre Brasil e Colômbia, e autores e artigos internacionais da Irlanda e África do Sul.

Como têm se tornado a regra em nossa linha editorial, as publicações representam a diversidade regional brasileira e a diversidade institucional das áreas da saúde e trazem uma diversidade de temas e recortes de pesquisa que dialogam diretamente com a grande área da Saúde Coletiva e com a área de Ensino da Saúde. Alguns artigos estão mais diretamente relacionados ao ensino da saúde, abordando temas como a supervisão clínico-institucional, a gestão em saúde na graduação médica, os residentes multiprofissionais, e metodologias de ensino, como no trabalho sobre a Problem Based Learning. Outros oferecem ao ensino novos temas e novas abordagens a partir da organização cotidiana do trabalho, fortalecendo um enlace entre o ensino e a pesquisa com a produção cotidiana do trabalho nos sistemas educacional e sanitário.

Constam neste número da revista artigos de cunho metodológico que tratam da metodologia dos mapas falantes, da cartografia ou, ainda, sobre a produção científica voltada à prevenção e ao combate ao Zika Vírus. Aportamos alguns artigos sobre estratégias de cuidado com grupos populacionais específicos, tais como crianças, adolescentes, mulheres, população em situação de rua, mas também pessoas com hipertensão e diabetes. As pessoas com deficiência foram contempladas por um dossiê sobre o tema.

Complementando este número, é motivo de orgulho para este periódico poder contar com o Dossiê Internacional “Pesquisar envolvendo pessoas com deficiência e a perspectiva inclusiva”. Este dossiê, organizado por Ricardo Burg Ceccim, Carla Biancha Angelucci e Cláudia Rodrigues de Freitas, aborda um tema fundamental para os dias de hoje, em que nossas instituições de ensino e pesquisa estão às voltas com diversas dificuldades para a superação do capacitismo e do preconceito contra as pessoas com deficiência. Enfrentar estes desafios significa ampliar nossa capacidade de produzir saúde, na medida em que seremos capazes de considerar a diversidade corporal em sua radicalidade.

Para finalizar, é importante ressaltar que escrevemos este editorial em um momento no qual está em curso a campanha eleitoral para cargos no executivo e legislativo. Vivemos um momento delicado da nossa história e torcemos para que nossa população seja capaz de escolher representantes que estejam à altura dos desafios do nosso tempo e que defendam a democracia e uma vida digna para toda nossa população.

Desejamos uma boa leitura a todas, todos e todes!

Referências

1. Singer A, Rugitsky F. Revogar teto de gastos é essencial para Lula e democracia. Folha de S. Paulo, 14.jun.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/06/revogar-teto-de-gastos-e-essencial-para-lula-e-democracia.shtml>
2. Szwako J, Ratton J. (Org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. 1. ed. Recife: CEPE, 2022. v. 1. 363p.
3. Penna, FA. A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mútua entre as lógicas de socialização e subjetivação. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 18, n. 43, p. 557-572, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 set. 2022.

4. Mattos, AR. Discursos ultraconservadores e o truque da "ideologia de gênero": gênero e sexualidades em disputa na educação. Rev. psicol. polít., São Paulo , 18 (n. 43, p. 573-586, dez. 2018 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009&lng=pt&nrm=iso. acessos em 02 set. 2022.
5. Junqueira RD. A invenção da “ideologia de gênero”: Um projeto reacionário de Poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.
6. Redação RBA. Em ‘luto’ pelo fechamento de cursos, comunidade da Unisinos organiza protesto. Publicado 25 de julho de 2022, às 17h55. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2022/07/luto-fechamento-de-cursos-comunidade-da-unisinos-organiza-protesto/>. Acessado em: 07 set. 2022.
7. Gualano B. Pensamento crítico é ratoeira de pegar pilantra. Folha de São Paulo, 1 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-gualano/2022/09/pensamento-critico-e-ratoeira-de-pegar-pilantra.shtml> . Acessado em: 07 set. 2022.